

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

Título: Deficit pode subir R\$ 22 bilhões 10

Valor Econômico

Título: Governo quer agilizar envio de PL da Eletrobras, mas não define data 12

Título: Portaria abre espaço para leilão de excedente, mas prazo é apertado 13

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Notas 2

Título: TCU abre processo para analisar acordo da Petrobras nos EUA 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 4

Título: “Declaração de Maggi sobre fim de taxa cria instabilidade” 4

Título: Detroit mostra o presente do mercado americano 6

Título: O rali do petróleo 7

Título: Notas 8

Título: Camex deve barrar hoje medidas antidumping à importação de aço 9

VEÍCULO: Correio Braziliense 10

Título: Deficit pode subir R\$ 22 bilhões 10

VEÍCULO: Valor Econômico 12

Título: Governo quer agilizar envio de PL da Eletrobras, mas não define data 12

Título: Portaria abre espaço para leilão de excedente, mas prazo é apertado 13

Título: Vale quer assumir as operações da Samarco 15

Título: Destaques 17

Título: Siderurgia espera taxa a dumping da China 18

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

Cachorro grande

Deve vir aí o maior leilão de exploração de petróleo do mundo, podendo chegar a 15 bilhões de barris. Ou seja: um volume maior do que o das reservas provadas do Brasil, que eram de 13 bilhões de barris em 2016: “É coisa só para cachorro muito grande”, diz Décio Oddone, diretor-geral da ANP.

Cessão onerosa...

Mas, por causa da legislação eleitoral, o leilão tem de ser realizado até junho ou somente depois da eleição, em novembro ou dezembro. Antes, o governo e a Petrobras têm de chegar a um acordo sobre a chamada “cessão onerosa”, objeto de estudo de uma comissão interministerial criada ontem.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: TCU abre processo para analisar acordo da Petrobras nos EUA**

Ministro relator cita "ineditismo" e valores do entendimento.

O Tribunal de Contas da União (TCU) abriu, ontem, um procedimento de fiscalização para acompanhar o acordo de US\$ 2,95 bilhões fechado pela Petrobras com investidores americanos. A decisão vem um dia depois de o presidente da estatal, Pedro Parente, se reunir com seis ministros da Corte para dar detalhes sobre o entendimento fechado pela empresa para encerrar a ação conjunta que estava sendo movida nos Estados Unidos devido à Operação Lava-Jato.

— O ineditismo desse acordo e os valores envolvidos não podem passar despercebidos por esta Corte de Contas, de modo que se mostra imperativo acompanhar as medidas a serem adotadas pela Petrobras com o fito de obter ressarcimento pelos danos causados à companhia decorrentes do ajuizamento da ação coletiva americana — disse o ministro relator do caso, Aroldo Cedraz, ao justificar a abertura do processo.

A Petrobras fechou um acordo para ressarcir detentores de American Depositary Receipts (ADRs, certificados de ações negociados nos EUA) da empresa por perdas com os desvios de recursos no esquema de corrupção investigado na Lava-Jato. Na terça-feira, depois de se reunir com os ministros do TCU, Parente afirmou que a estatal não tem intenção de fechar acordo semelhante com investidores de outros países, como Brasil e Holanda.

Cedraz disse que o objetivo do procedimento é examinar as providências a serem adotadas pela Petrobras quanto ao tema:— Não se insere no escopo dessa ação de controle a emissão de juízo de valor quanto ao acordo em si, não havendo qualquer impedimento para que a Petrobras prossiga na negociação que trava, em segredo de justiça, com a Corte Federal de Nova York.

Segundo o ministro do TCU, a iniciativa da Corte de Contas não causará "impacto relevante" no plano operacional da estatal por não demandar, neste momento, outras medidas além da realização de diligências ou inspeções. A área técnica do Tribunal já vinha analisando o acordo, mas, até agora, não havia nenhum procedimento em curso com o objetivo de acompanhar o acordo.

A Petrobras não quis comentar. Um executivo próximo do governo federal afirmou, porém, que o TCU tem obrigação de acompanhar as contas da Petrobras, como as de qualquer outra estatal, "e é o que vai fazer, acompanhar o assunto."

CESSÃO ONEROSA

Também ontem, o governo federal instituiu uma comissão interministerial com o objetivo de negociar com a Petrobras os termos da revisão do contrato celebrado entre União e estatal sobre a chamada cessão onerosa. A comissão, formada por representantes dos ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Planejamento, terá prazo de 60 dias, prorrogável por igual período, para negociar com a Petrobras o valor do contrato, o volume máximo, o prazo de vigência e os percentuais mínimos de conteúdo local.

Pelo contrato, assinado em 2010, a Petrobras ganhou o direito de explorar cinco bilhões de barris de petróleo em áreas do pré-sal sem licitação, em troca de um pagamento bilionário ao governo. Mas o acordo previa uma renegociação dos valores envolvidos depois da declaração de comercialidade das áreas — o que já aconteceu.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Sociedade****Autor: Bruno Calixto****Título: Micro-ondas poluem tanto quanto 7 milhões de carros**

Aparelhos consomem o equivalente à eletricidade anual gerada por três usinas de gás.

Um novo estudo da Universidade de Manchester, no Reino Unido, traz dados inéditos que indicam a existência de um vilão para o meio ambiente dentro de muitas casas: o micro-ondas. O uso desse aparelho doméstico em toda a União Europeia, objeto desse estudo, é responsável pela emissão da mesma quantidade de dióxido de carbono que 6,8 milhões de automóveis. Ao todo, os micro-ondas em uso por lá emitem até 7,7 milhões de toneladas dessa substância nociva. Este é o primeiro trabalho abrangente sobre o tema em todo o mundo.

A pesquisa revela, também, que esses aparelhos consomem 9,4 terawatts por hora (TWh) de eletricidade a cada ano, o equivalente à eletricidade anual gerada por três grandes usinas de gás.

Os cientistas analisaram as emissões de dióxido e o gasto de energia ao longo de todo o ciclo de vida dos aparelhos: desde a fabricação até o manejo dos seus resíduos, passando pela forma como são usados. Eles concluíram que apenas o processo de fabricação, por exemplo, contribui com mais de 20% para o esgotamento dos recursos naturais no mundo e as mudanças climáticas.

No entanto, é mesmo o consumo que tem o maior impacto. Por isso, a principal saída apontada é incentivar o uso consciente, como retirar o aparelho da tomada quando não estiver sendo usado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Reuters****Título: “Declaração de Maggi sobre fim de taxa cria instabilidade”**

O setor sucroenergético do Brasil avalia que declarações do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, sobre a possibilidade de o Brasil acabar com uma taxa sobre etanol importado criam insegurança jurídica, mas a aposta ainda é de que a medida será mantida, segundo associações do segmento.

Na terça-feira (16), durante evento em Brasília, Maggi disse que o governo avalia acabar com uma taxa de 20% sobre o biocombustível importado, algo que poderia ajudar a reabrir o mercado dos Estados Unidos à carne bovina brasileira.

A fala até mexeu com os preços futuros do açúcar bruto na Bolsa de Nova York, que renovaram mínimas na sessão de terça-feira.

Aprovada em agosto e colocada em prática em setembro do ano passado, a taxa de 20% sobre o etanol importado, para volumes que excederem 600 milhões de litros ao ano, afeta principalmente os EUA, principais exportadores do biocombustível ao Brasil. Inicialmente, a medida teria validade de 24 meses.

"A fala [de Maggi] foi ruim, pois cria instabilidade jurídica –as cotas foram estabelecidas para um período de dois anos e não houve nenhuma conversa com o setor a respeito", afirmou o presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, André Rocha.

"Esperamos que seja mantido o modelo implementado em setembro."

Na mesma linha, a presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Elizabeth Farina, disse que a entidade "recebeu com muita surpresa" as declarações do ministro da Agricultura.

"Definitivamente não se esperava que isso acontecesse... A mudança de regra tão precoce para uma medida transitória é surpreendente. Qual é a consequência? Cria insegurança jurídica no setor. Isso não coaduna com o RenovaBio, cujo processo de regulamentação já está acontecendo", acrescentou, mencionando a Política Nacional de Biocombustíveis, sancionada no fim de 2017.

Para ela, é necessária uma "conversa" com Maggi para se entender exatamente o que o ministro quis dizer com as declarações.

A presidente da Unica também defendeu que não é possível atribuir apenas à taxa da importação de etanol a alta nos preços do biocombustível ao longo do segundo semestre. "São vários fatores", comentou.

As importações de etanol pelo Brasil cresceram 121% em 2017 na comparação com 2016, segundo dados do Ministério da Agricultura. As compras se concentraram no primeiro semestre, graças a uma arbitragem favorável para se trazer o produto do exterior.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Eduardo Sodré enviado especial a Detroit****Título: Detroit mostra o presente do mercado americano**

"Na semana anterior falamos sobre o futuro na feira de Las Vegas, com carros elétricos e autônomos. Agora falamos do presente", diz Hau Thai-Tang, vice-presidente global de desenvolvimento da Ford. Sua frase resume o que ocorre na edição 2018 do Salão de Detroit.

Nos últimos dois anos, as montadoras optaram por exibir suas novidades tecnológicas no CES —que foi especialmente dominado pelas marcas de carro neste ano, aproveitando o vácuo de grandes novidades entre os gadgets. Já o tradicional salão do automóvel mostra os carros que estão prestes a chegar às lojas dos EUA, bem diferentes das projeções para 2020 ou além.

As picapes continuam em alta. A Ford anuncia a volta da Ranger ao mercado americano, modelo que é considerado compacto nos padrões estadunidenses. Entre as grandes —verdadeiros caminhões com mais de seis metros de comprimento—, as novidades são as novas gerações da Chevrolet Silverado e da RAM, que é produzida pelo grupo FCA Fiat Chrysler.

Salão de Detroit 2018

Todas chegam ao mercado ao longo de 2018, como modelos 2019. Nenhuma é elétrica ou autônoma: tem, No máximo, motores turbinados que buscam reduzir o consumo de gasolina na comparação com antigos V8.

Isso não quer dizer que o tema eletrificação esteja fora das discussões. A Ford aproveita Detroit para anunciar o aumento de seus investimentos em carros não poluentes.

Segundo Thai-Tang, o aporte de US\$ 4,5 bilhões anunciado há um ano para desenvolver carros híbridos e elétricos foi ampliado para US\$ 11 bilhões. Serão lançados 40 novos automóveis dotados de tecnologias limpas e sistemas semi-autônomos, mas que só devem chegar às ruas a partir de 2020.

"Nos últimos 114 anos, nossos carros seguiram a lógica dos motores de combustão interna. Agora vivemos um outro momento, queremos aproveitar essa nova realidade", afirma o executivo da Ford.

Enquanto o futuro não se materializa, a indústria americana aproveita para capitalizar o presente.

A venda de veículos nos EUA teve queda de 1,8% entre 2016 e 2017, variação considerada normal. O ano passado terminou com 17,2 milhões de veículos comercializados, cerca de sete vezes mais que o mercado brasileiro.

Os três automóveis mais vendidos foram picapes de grande porte: Ford F-150, Chevrolet Silverado e RAM. Juntas, tiveram 2 milhões de unidades emplacadas.

Os modelos que lideram o mercado são produzidos nos EUA. É algo do qual o governo Donald Trump se orgulha, e não raro esses caminhões são vistos pelas ruas de Detroit com adesivos da campanha republicana colados em seus para-choques traseiros: "Make America Great Again".

O governo tem incentivado a indústria local e promovido redução de tributos, mas executivos do setor automotivo ouvidos pela reportagem acreditam que isso não será suficiente para promover um fechamento de fábricas mundo afora para privilegiar as linhas de montagem americanas.

"Há um limite para esses incentivos do governo americano. Quanto maiores as reduções de impostos, maior será o deficit do orçamento, não dá para ir muito longe", diz o representante de uma montadora americana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Celso Ming

Título: O rali do petróleo

Uma das grandes surpresas globais com que nenhum especialista contava é esse novo rali do petróleo. As cotações internacionais subiram cerca de 50% em apenas seis meses. Em 12 de janeiro, o tipo Brent (do Mar do Norte) atingiu o pico da cotação, a US\$ 69,81 por barril de 159 litros; e o tipo WTI (West Texas Intermediate, negociado em Nova York), chegou aos US\$ 64,40 por barril. Veja o gráfico. Não há fator único que explique esse movimento, tão rápido e tão acentuado. Há a decisão da Opec de, em novembro de 2016, cortar em cerca de 1 milhão de barris diários a oferta mundial que, para isso, contou com a anuência da Rússia, que não faz parte do bloco. Esse acordo foi renovado em novembro. Afirmar que foi esse arranjo que empurrou as cotações é apenas pedaço da verdade.

Durante os três primeiros meses em que vigorou, os preços se mexeram pouco. Dá para acrescentar pelo menos outras causas que se conjugaram à atual

corrida dos preços. Uma delas é a forte recuperação da economia nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, que aumentou a demanda por derivados de petróleo para acima das projeções dos analistas. Outra é o inverno rigoroso no Hemisfério Norte, que pressionou os estoques de derivados destinados à calefação. Um terceiro conjunto de causas está relacionado com questões estratégicas. Aumentaram, por exemplo, as ameaças de retorno do boicote comercial ao Irã que, se confirmado, deverá cortar as exportações que hoje estão ao redor dos 4 milhões de barris diários; e houve a derrubada da capacidade de produção da PDVSA, a estatal da Venezuela, em consequência da desestruturação da economia.

Alguns desses fatores altistas têm data de vencimento. O inverno no Hemisfério Norte, por exemplo, termina em março-abril, mas, bem antes disso, os preços do mercado futuro terão levado em conta os impactos sazonais. Também não se sabe até que ponto a Opep pode contar com a observância do acordo por parte de atores pouco cooperativos, como Irã e Nigéria. Outro fator pode voltar a derrubar os preços: com o aumento da rentabilidade dos negócios, as empresas que fecharam poços de óleo de xisto nos Estados Unidos, em consequência da derrubada anterior dos preços para perto de US\$ 30 por barril, agora podem reabri-los.

Para o Brasil, a nova esticada dos preços traz mais vantagens do que desvantagens. A desvantagem é o repique dos preços dos combustíveis no varejo interno. As vantagens estão no maior estímulo ao aumento da produção e na maior receita com royalties pelos Estados e municípios, hoje na penúria. Mas a principal razão da alta do petróleo deve trazer benefícios em outras áreas. Se a boa fase da economia mundial perdurar, como se presume, a alta deve se espalhar para outros segmentos, principalmente, às commodities agrícolas e minerais. Em outras palavras, a esticada do petróleo pode prenunciar novo período de bonança. Resta saber se o País saberá aproveitá-la ou se apenas repetirá o comportamento da cigarra, que esbanjou nos bons tempos e não recuperou as contas públicas – como se viu ao longo dos governos Lula e Dilma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

Petrobrás busca novo chefe para governança

A Petrobrás contratou a consultoria de headhunter Korn Ferry para selecionar um novo diretor de Governança e Conformidade. O mandato de João Elek,

atualmente no cargo, termina em abril. Ele mesmo pode participar do processo de seleção. Entretanto, a Petrobrás, conforme seu estatuto, tem de contratar uma empresa independente para fazer uma comparação com outros candidatos e, então, escolher um nome. Apesar de já estar em busca de um substituto para o cargo de Elek, a Petrobrás guarda o processo a sete chaves. A Korn Ferry, inclusive, começou a contatar candidatos no final do ano passado. Procurada, a Petrobrás não comentou.

» **Pegou mal.**

No ano passado, João Elek teve seu nome envolvido em um imbróglio não desejável para um diretor de governança. No fim de 2015, o executivo contratou, sem licitação, pelo valor de R\$ 25 milhões, a consultoria Deloitte para prestar serviços para a Petrobrás. Em paralelo, porém, sua filha disputava uma vaga de trabalho na mesma empresa. Elek chegou a ser afastado no cargo após a denúncia de conflito de interesses, mas foi reconduzido por decisão do Conselho de Administração depois de a Comissão de Ética Pública da Presidência da República ter analisado o caso como improcedente.

» **Ato falho.**

A migração da Vale ao Novo Mercado, segmento de mais elevadas práticas de governança corporativa da B3, foi um dos grandes eventos dos mercados de capitais que encerrou o ano de 2017. No entanto, parece ter passado “despercebido” - ou, no mínimo, foi esquecido - pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec). Em abertura de reunião com analistas e investidores, a presidente da regional de São Paulo, Lucy Sousa, apresentou a mineradora ainda como sendo listada no Nível 1 da Bolsa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / Carla Araújo

Título: Camex deve barrar hoje medidas antidumping à importação de aço

Maioria dos ministros é contra barreiras ao produto chinês e russo por temerem retaliação; Decom é a favor.

Com a Fazenda e a Agricultura contra sobretaxar a importação de laminados de aço, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) deverá barrar em reunião hoje a aplicação de medidas antidumping nas compras do produto de empresas chinesas e russas. Na expectativa da decisão, siderúrgicas já se preparam para entrar na Justiça exigindo a aplicação da sobretaxa. A maioria dos ministros da

Camex deverá votar contra a medida com medo do impacto inflacionário e de retaliação por parte dos chineses, que poderiam sobretaxar outros produtos brasileiros.

A decisão pode repercutir em outras análises da câmara porque vai contrariar parecer técnico do Departamento de Defesa Comercial (Decom) do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que concluiu que houve prática de concorrência desleal na venda do produto e que isso prejudicou empresas brasileiras, o que indica a necessidade de aplicação de medida antidumping. Se confirmada, será a segunda vez que uma determinação do Decom não é cumprida. A expectativa de fontes que acompanham as discussões é de que apenas o MDIC votará pela aplicação da medida, como forma de defender seu departamento técnico. O ministro interino da pasta, Marcos Jorge de Lima, disse ao Estadão/Broadcast não vê problema em ficar “isolado” na decisão.

O relatório do Decom é considerado mandatório, mas pode não ser seguido sob o argumento de a decisão contrariar o interesse público. Mesmo com o movimento das siderúrgicas para judicialização da questão, o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo, afirma que setor ainda acredita em uma decisão favorável na Camex hoje. “O fato é que empresas chinesas e russas foram pegadas em práticas predatória das quais o mundo inteiro se protege. O Brasil vai na contramão do mundo.”

Já o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Veloso, disse que a decisão contrária ao parecer do Decom pode suscitar uma discussão de como o direito antidumping é aplicado no Brasil. “Hoje, o relatório não é conhecido e não pode ser contestado. As partes envolvidas deveriam ter uma instância para discutir isso.” Veto. A Fazenda apresentará voto contrário à medida. Uma nota técnica da pasta mostra que a aplicação da medida seria prejudicial a cadeias produtivas nacionais. A avaliação é que o impacto no IPCA chegaria a quase 0,1% por ano. A adoção de medidas antidumping foi pedida em 2016 por CSN, AcelorMittal e Gerdau contra empresas chinesas e russas que vendem aço plano laminado a quente. O produto é usado em larga escala na produção de máquinas e equipamentos, na lataria de carros, em eletrodomésticos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Deficit pode subir R\$ 22 bilhões

Os entraves à privatização da Eletrobras com a judicialização levaram o governo a se reunir, ontem, para realinhar a estratégia de levar adiante a venda da companhia. Se a estatal não for privatizada, os cofres públicos terão um rombo de mais R\$ 22 bilhões além do deficit previsto para 2018, de R\$ 159 bilhões. Como o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) negou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) contra decisão, em primeira instância, de suspensão de artigo da MP 814/2017 que recolocava a Eletrobras no Plano Nacional de Desestatização (PND), resta ao governo aguardar pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e desenhar uma nova estratégia.

Duas reclamações foram endereçadas à Corte suprema. Uma delas, impetrada pelo presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), chegou à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, ontem mesmo. A outra, da AGU, ainda tramita como petição. Até as 20h30 de ontem, não havia decisão nem avanço nos processos no STF.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, o ministro Wellington Moreira Franco, secretário-geral da Presidência da República, recebeu, no Palácio do Planalto, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, e o **secretário executivo do MME, Paulo Pedrosa**. De acordo com fontes palacianas, a reunião foi um “alinhamento entre os ministros para atualizar as informações sobre o estágio no qual está o processo da Eletrobras”.

Para alguns especialistas, o governo “comprou uma briga de graça” ao colocar na MP 814/2017 o artigo que trata da privatização da Eletrobras, uma vez que a estatal já constava no PND conforme a lei 9.491/1997. Um artigo da Lei 10.848/2004, no entanto, excluiu a companhia do programa e a MP 814 pretendia apenas revogá-lo.

No entender da economista e advogada Elena Landau, ex-presidente do conselho da estatal, a judicialização traz prejuízo porque reduz o prazo para fazer os estudos de privatização. “Há foco de que a urgência pública é por conta da questão fiscal. Mas é muito mais do que isso”, disse. Segundo ela, a estratégia da União não é apenas para receber R\$ 12 bilhões que a privatização geraria para os cofres públicos e que já estão incluídos na peça orçamentária. “A Eletrobras precisa fazer investimentos e tem um perfil de dívida que exigirá aporte de R\$ 10 bilhões este ano. Se não capitalizar a empresa, quem tem que pagar isso é o Tesouro. Então o rombo, sem a privatização, será de R\$ 22 bilhões”, afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Alexandra Bicca*, Daniel Rittner e Rafael Bitencourt****Título: Governo quer agilizar envio de PL da Eletrobras, mas não define data**

Apesar das declarações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de que o governo enviará para o Congresso Nacional no começo de fevereiro o projeto de lei (PL) que trata da modelagem da privatização da Eletrobras, o avanço do processo permanece incerto. No início da noite de ontem, uma reunião no Palácio do Planalto sobre o tema terminou sem uma decisão concreta sobre a data de envio, embora tenha sido acordado que haveria um esforço para antecipar o processo, de acordo com uma fonte que acompanhou a discussão. O projeto está pronto desde o fim do ano passado, mas estacionou na Casa Civil. A perspectiva era bater o martelo para mandar o texto antes da abertura do ano legislativo, no dia 1º de fevereiro.

Participaram do encontro os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)**, Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência da República) e Dyogo Oliveira (Planejamento). O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foi representado pelo secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia.

Segundo fontes, uma parte do governo avalia que seria interessante enviar o projeto antes da ida do presidente Michel Temer a Davos. A privatização da Eletrobras é uma das maiores operações do tipo no mundo e poderia ser apresentada como vedete da retomada brasileira junto à elite financeira e empresarial reunida na próxima semana nos Alpes.

Segundo um outro interlocutor, ficou acertado que o envio do PL ao Congresso acontecerá antes do fim deste mês, com chances de ocorrer nesta semana. Restaria apenas um último acerto com o presidente da Câmara para que a proposta com detalhes sobre a modelagem de transferência de controle chegue ao Legislativo sem percalços. Há um cuidado redobrado em fazer a comunicação com a Câmara para que não surjam novos ruídos em relação ao tema, provocados por quem trabalha contra a iniciativa.

Um interlocutor do governo afirmou que a estratégia definida permitirá que tanto a diluição da participação do governo na companhia como o pagamento bilionário das outorgas em favor do Tesouro Nacional, em contrapartida ao aumento da remuneração das hidrelétricas do grupo, deverão ocorrer ainda este ano.

A equipe econômica e o **MME** têm insistido com o Planalto que, sem a tramitação do projeto desde a abertura dos trabalhos legislativos, a privatização da Eletrobras dificilmente ocorrerá ainda em 2018. O núcleo político do governo está preocupado com a votação da reforma da Previdência, prevista para 19 de fevereiro, e calcula o risco de encaminhar ao Congresso outra proposta que gera bastante controvérsia entre os parlamentares.

Mais cedo, em Washington, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o governo federal deve enviar em 1º de fevereiro o PL que trata da privatização. Segundo Maia, o texto demorou a chegar no Congresso devido a discordâncias entre os ministérios. A declaração foi dada pelo parlamentar em debate no Brazil Institute do Wilson Center.

"Nós temos uma agenda que está colocada para este ano que é a privatização da Eletrobras, que o governo atrasou o envio devido conflitos de opinião entre os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, mas parece que dia 1º de fevereiro o governo envia o projeto de lei. Acho que é um tema importante, a privatização e de que forma serão alocados os recursos", explicou o deputado.

Maia disse ainda que a proposta de alteração da matriz energética brasileira também deverá ser encaminhada ao Congresso na retomada dos trabalhos do Legislativo. Para o presidente da Câmara, essa mudança será importante pois readequar o modelo que hoje está baseado no sistema hídrico. Segundo Maia, a Câmara tem em sua pauta a discussão sobre a exploração do pré-sal e uma atualização da chamada Lei do Gás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Portaria abre espaço para leilão de excedente, mas prazo é apertado

Definida a equipe que representará a União no processo de revisão do contrato da cessão onerosa, o governo trabalha com prazo de até 120 dias para concluir as negociações com a Petrobras sobre o tema. Como antecipou o Valor, foi publicada ontem, portaria que estipula em 60 dias, prorrogáveis por mais 60, o limite para um acordo entre a União e a empresa. Mas ainda que as partes cheguem a um consenso, a chance de o governo realizar mais um leilão do pré-sal este ano, para além da 4ª Rodada de partilha, esbarra num prazo apertado.

A licitação depende, antes de mais nada, da definição dos volumes de recursos da cessão onerosa que estarão disponíveis para leilão, ao fim das tratativas entre Petrobras e União. O contrato da cessão onerosa, assinado em 2010, concedeu à estatal o direito de produzir 5 bilhões de barris de petróleo em seis

blocos no pré-sal da Bacia de Santos, como parte do processo de capitalização que culminou no aumento da fatia da União no capital da Petrobras.

Conforme a companhia foi perfurando nas áreas permitidas, descobriu volumes acima dos 5 bilhões a que tem direito e produzir. São esses recursos, chamados de excedentes da cessão onerosa, que o governo tem a intenção de licitar, de olho no potencial bilionário de arrecadação.

O problema é que ainda não há um consenso sobre qual o volume desse excedente. Essa definição ainda depende da conclusão das negociações entre Petrobras e governo, já que, se confirmada a estatal como credora da União, o pagamento poderia ser feito ou com barris (concedendo-se à companhia parte dos volumes excedentes) ou com o dinheiro levantado pelas licitações dos excedentes.

O contrato original da cessão onerosa, pelo qual a Petrobras adquiriu o direito de produzir os 5 bilhões de barris, por US\$ 42 bilhões, previa rodada de revisão dos parâmetros do negócio após a declaração de comercialidade das áreas (quando a descoberta tem viabilidade comercial atestada).

Acontece que os preços do barril oscilaram bastante desde então. Na época da assinatura do contrato, o preço de referência de venda do barril estava próximo dos US\$ 80, mas em fins de 2014 (data da declaração de comercialidade da maioria dos campos) se encontrava abaixo de US\$ 60 o barril.

O acordo firmado entre a Petrobras e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) também não é claro sobre qual a "data de referência" a ser considerada para a fixação do preço de petróleo utilizado na renegociação: há interpretações de que a referência deve ser a data de declaração de comercialidade de cada campo, mas também há entendimentos de que deve ser considerada a data em que o último campo foi declarado comercial. A depender da escolha, a cotação pode ser mais favorável à Petrobras ou ao governo.

Ao longo dos últimos meses, Petrobras e ANP se dedicaram, cada um com seus próprios números, a traçar diversas simulações com base em variáveis diferentes. As duas partes, contudo, ainda não chegaram a um consenso.

O presidente da estatal, Pedro Parente, tem insistido, desde antes mesmo do início das conversas, que a companhia tem a receber da União. O Bradesco, por exemplo, estima em US\$ 8 bilhões (equivalentes a 1,4 bilhão de barris de óleo equivalente) o valor a ser pago à Petrobras. No governo, no entanto, há quem calcule que a estatal deverá ressarcir o Tesouro - o Goldman Sachs, por exemplo, acredita que a petroleira pode ser obrigada a pagar US\$ 10,3 bilhões.

Como o governo vive um grave problema fiscal, com as contas deficitárias, a expectativa é que, se confirmada a dívida com a Petrobras, os valores sejam pagos em barris de petróleo. O assunto mexe com os ânimos dos dois lados. Quanto mais barris ficarem com a Petrobras, no caso de a empresa ser confirmada como credora, menos a União terá para leiloar e menor sua arrecadação.

A ANP estima entre 6 bilhões e 15 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE) o volume excedente da cessão onerosa. A Petrobras, por sua vez, acredita que os volumes (limites superior e inferior do intervalo) sejam menores que os divulgados pela agência.

No cenário mais otimista, as partes chegariam a um acordo ainda no primeiro trimestre, dado o prazo estipulado na portaria. A realização de um leilão dos excedentes ainda este ano, contudo, é uma missão complicada. Em geral, a ANP, precisa de alguns meses (cerca de três a quatro) após aprovação do leilão pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para cumprir os trâmites legais de uma rodada desse porte.

Também pesa contra a realização do leilão este ano a necessidade de um projeto de lei para encaminhar o desfecho da revisão do contrato da cessão onerosa, já que a legislação só permite o pagamento da União à Petrobras (hipótese da estatal) em dinheiro. O trâmite dessa matéria teria que ser feito num espaço bem curto, a tempo de a licitação ser promovida ainda no primeiro semestre, como mandam as regras eleitorais. (Colaborou Camila Maia)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Vale quer assumir as operações da Samarco

A Vale prefere ser a operadora da Samarco, mineradora cujo controle divide com a anglo-australiana BHP, quando a empresa retomar suas operações. Ontem, o diretor de relações com investidores da Vale, André Figueiredo, disse que um plano de longo prazo para a produtora de pelotas de ferro seria melhor tocado pela gigante brasileira, principalmente no que diz respeito ao cuidado com os rejeitos da operação.

Segundo o executivo, há pelo menos um ano a empresa conversa com sua sócia a respeito do assunto. Ele não confirmou se efetivamente o que se busca é comprar a fatia da BHP, nem quanto pagaria pela transação, mas classificou a Vale como uma espécie de "dona natural" do negócio por conta de sua atuação na região.

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), se rompeu e causou uma tragédia ambiental, levando 19 pessoas à morte.

Por ter infraestrutura de mineração próxima da Samarco, a brasileira é vista como candidata natural para a gestão

O que a Vale busca, acrescentou Figueiredo, é um plano que permita à Samarco operar no longo prazo. "A estratégia atual, de voltar a operar com mina exaurida funcionando como cava para armazenar os rejeitos, pode durar no máximo dois anos", lembrou.

Além dessa cava, Alegria Sul, envolvida na negociação com autoridades para retomada da Samarco, a Vale tem a posse de outras minas próximas, em fim de vida ou já exauridas, que poderiam ser usadas por mais tempo para receber os rejeitos. Ele ser improvável que uma barragem, como antes, seja autorizada.

Especialistas, e até interlocutores da própria BHP, admitem que a Vale, por deter uma infraestrutura de mineração próxima da mina da Samarco, é vista como a candidata a assumir a gestão das operações da controlada.

No início do mês, a agência de notícias "Bloomberg" informou, citando fontes não identificadas, que a Vale buscava ficar com o controle da pelletizadora. E informou nesta semana que a BHP pede US\$ 1 bilhão por sua fatia.

O diretor da Vale ainda revelou que o acidente em Minas ensinou uma lição, de que é complicado emprestar seu nome a um empreendimento sem operá-lo. Para o executivo, dificilmente uma "joint venture" assim será repetida no futuro se a operação não for da Vale.

O encontro com analistas e investidores também serviu para reiterar as metas com o novo comando executivo, de Fabio Schvartsman, que estabeleceu quatro "pilares" de atuação. No lado operacional, a gestão de custos e a política de formação de preços das commodities. Com isso e a qualidade do S11D (mina em Carajás), apenas em ferrosos o ganho potencial de Ebitda até 2020 vai de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 2 bilhões.

A Vale também voltou a declarar seu comprometimento com a disciplina de oferta. "Somos a maior e temos o melhor produto do mundo, então vamos ter essa disciplina", garantiu Figueiredo. "Mas desde que outras mineradoras não comecem a investir para expandir. Não precisamos de mais minério no mundo."

No pior dos cenários apresentados, com minério a US\$ 55 a tonelada e níquel a US\$ 10.000, o fluxo de caixa livre ainda assim ficaria acumulado em US\$ 13

bilhões durante dois anos. Em cenários mais otimistas, com o minério a US\$ 65 e o níquel a US\$ 14.000, a conta é de US\$ 25 bilhões.

Esses cálculos mostram que a mineradora alcançou uma parte de seu objetivo, de reduzir o endividamento até um patamar que a deixasse confortável em "qualquer preço" das matérias-primas. A companhia quer fechar 2018 com dívida líquida de US\$ 10 bilhões - no fim de setembro estava em US\$ 21,1 bilhões - e, a depender das cotações, pode alcançar a meta antes de dezembro. "Nossa prioridade agora é continuar a desalavancagem e remunerar melhor o acionista", comentou Figueiredo.

Essa reavaliação, disse, já começou. Com a empresa no Novo Mercado e o lado financeiro controlado, os investidores já estão reduzindo o desconto com que a Vale é negociada em bolsa ante suas pares mundiais. Até agora, no ano, por exemplo, o minério de ferro sobe 2%. Ação da Vale, no entanto, avança 7%. (Colaborou Ivo Ribeiro)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras inova

A Petrobras começa a implementar no próximo mês seu novo regulamento de licitações e contratos. O documento substitui o regime simplificado, de 1998, e se adequa aos requisitos da Lei das Estatais. Em regra, as contratações deverão ser realizadas por meio de licitação pública. O novo regulamento acaba com a modalidade carta-convite e oficializa o processo de due diligence de integridade (DDI), segundo o qual os fornecedores se submeterão a questionários de compliance. O novo regulamento será aplicado de forma progressiva: na unidade de operações do Espírito Santo, em fevereiro; na unidade do Rio, em abril; e nas demais áreas em maio.

Odebrecht em Angola

Em continuidade ao plano de venda de ativos, a Odebrecht transferiu sua participação na mina de diamantes de Catoca, em Angola, por cerca de US\$ 140 milhões (R\$ 448 milhões) para a sócia no empreendimento, a empresa russa Alrosa. A Odebrecht se desfez de 16,4% que tinha na Sociedade Mineira de Catoca. O negócio ocorreu em dezembro e o dinheiro já entrou no caixa da empresa. A Catoca explora no leste de Angola a quarta maior mina de diamantes a céu aberto do mundo.

Odebrecht em Angola II

Com a conclusão da venda da fatia na mina de diamantes, a Odebrecht atinge R\$ 7,5 bilhões do plano de R\$ 12 bilhões previsto no programa de alienação de ativos. "São dois terços da meta alcançada em dois anos: um resultado muito bom, dada a complexidade dos processos. Continuamos trabalhando nos demais processos de alienação que estão em evolução", informou a holding em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Siderurgia espera taxa a dumping da China

As fabricantes brasileiras de aço estão confiantes de que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) vai aplicar a tarifa antidumping requisitada por Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ArcelorMittal e Gerdau em reunião a ser realizada hoje. Por meio do Instituto Aço Brasil, que as representa, contrataram um estudo que mostra efeito residual sobre a economia caso a medida de defesa comercial eleve os preços.

As empresas pedem que os laminados planos a quente de China e Rússia recebam uma taxa adicional de importação, alegando concorrência desleal. Relatório técnico do Departamento de Defesa Comercial (Decom), ligado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), já identificou presença de dumping, dano à concorrência e nexo causal. A Camex pode acatar e aplicar a tarifa ou alegar interesse público e não colocá-la em voga.

O levantamento, feito pela Tendências Consultoria Integrada, mostra que laminados a quente representam uma parcela muito pequena do total de venda dos setores que mais usam esse produto - automotivo, eletrodomésticos, construção civil e implementos agrícolas.

Sobre o impacto na inflação, um dos argumentos da indústria de transformação - contrária à taxa antidumping -, a instituição usou o IGP-M por conta da alta participação dessas áreas da economia no índice. Esse tipo de aço, mostra o estudo, atende por 0,112% dos preços dos demandantes. Assim, se a medida encarecesse os produtos em 20%, o IGP-M poderia subir 0,02%.

"A análise de impacto nos preços parte ainda da forte premissa de que haveria repasse total do aumento no aço laminado a quente ao longo da cadeia produtiva, até chegar ao consumidor final", ressalta a Tendências. "Certamente, esta é uma hipótese bastante conservadora e pouco plausível."

Ao Valor, Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil, disse que dificilmente a defesa comercial aliviará a concorrência com importados, mas atende aos temores de comércio desleal. A bobina a quente é o tipo de aço mais comercializado do mundo e, se não vier da China ou da Rússia, pode facilmente vir do Japão, da Coreia do Sul ou até dos Estados Unidos e da Europa, afirmou.

"Por isso não há nexos no argumento de que as siderúrgicas terão alívio na concorrência, ou que terão espaço para aumentar preços", comentou Lopes.

Fonte ligada à indústria da transformação disse que espera cerca de cinco votos favoráveis de ministérios na Camex - Fazenda, Agricultura, Assuntos Estratégicos, Planejamento e Relações Exteriores. O Aço Brasil preferiu não comentar, mas informou que, em caso de derrota, vai se reunir para definir como recorrer.

MME / ASCOM .